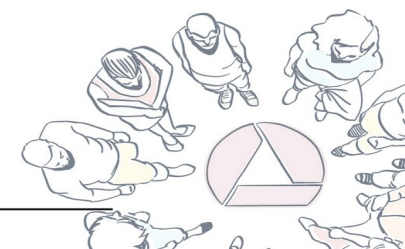




— RESULTADOS DO PROCESSO PARTICIPATIVO —
DISCUSSÃO PARTICIPATIVA DO PPAG 2024-2027 – EXERCÍCIO 2024

Tema/assunto: Meio Ambiente (PLE nº 4, 18, 19, 23, 60, 62, 70/2023)

Proponentes: () Adilson Pereira de Souza, () Agenor Augusto de Assis, () Antônio Augusto Tonhão de Almeida, () Antônio Batista Pereira dos Santos, () Carlos Lopes dos Santos, () Ejaci Vieira, () Gilmar Figueiredo Lopes, () Ivone Ferreira dos Santos, () Jelisia Miguel Gonçalves da Silva, () João Batista Matias da Silva, () João das Dores Souza, () Judite Lopes da Silva, () Luís Ricardo de Souza Corrêa, () Luys Guilherme Prates, () Luzia Santos Azevedo, () Manuel Luiz dos Santos, () Maria Aparecida Rosário Oliveira, () Maria da Glória Loesch, () Maria Vaz Pereira, () Mônica Veloso, () Núbia Lais Batista, () Rayane Soares Santos, () Rodnei Rodrigues dos Santos, () Silvio Rodrigues Gomes, () Tânia Cristina Pereira, () Valério Pereira Carvalho, () Vander de Almeida Neto, () Wesley Mota França, 11º Departamento de Polícia Civil (Montes Claros) Rita Adriana de Cassia Martins Soares, Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais (Belo Horizonte) Luiz Roberto Andrade Santos, Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais (Belo Horizonte) Vercy José Gonçalves Neto, Associação Comunitária da Comunidade de Santa Cruz (Catuji) João Lopes dos Santos Neto, Associação Comunitária da Comunidade de Santa Cruz (Catuji) José Marlon Lopes Sobrinho, Associação Comunitária da Comunidade de Santa Cruz (Catuji) Valdete Moreira do Santos, Associação Comunitária da Comunidade de Santa Cruz (Catuji) Wilson Vicente Ferreira, Câmara dos Deputados (Brasília) Luciano Magela Campos, Câmara Municipal de Alvarenga (Alvarenga) Paulo Cesar Soares Dias, Câmara Municipal de Chapada do Norte (Chapada do Norte) José João Neto, Câmara Municipal de Chapada do Norte (Chapada do Norte) Marcelo Lemos de Jesus, Câmara Municipal de Matias Cardoso (Matias Cardoso) Maria de Lourdes Rodrigues da Silva Filha Cordeiro, Câmara Municipal de Porteirinha (Porteirinha) Adão Custódio dos Santos, Câmara Municipal de Porteirinha (Porteirinha) Waldinei Batista dos Santos, Câmara Municipal de Raul Soares (Raul Soares) Nelson Alexandre de Paula, Câmara Municipal de São Gonçalo do Rio Preto (São Gonçalo do Rio Preto) Claudio do Rosário Rodrigues, Câmara Municipal de Turmalina (Turmalina) Jadilson de Jesus Cordeiro Maciel, Coord. das Org. e Assoc. de Moradores de Montes Claros (Montes Claros) Celso Nunes, Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais CBMMG (Curvelo) Ari Fabiano Queiroga, Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais (Montes Claros) Caetano Barbosa Amaral, Fed. das Associações e Conselhos Comunitários de Monte Azul (Monte Azul) Antônio Idalino Teixeira, Grupo de Estudos e Ação Comunitária (Manhuaçu) João Amâncio de Faria, Inst. Desenvolvimento do Norte e Nordeste de MG Idene (Montes Claros) Wendel Pereira de Souza, Polícia Civil (Brasília de Minas) Claudine Costa e Souza, Polícia Civil (Brasília de Minas) Flávio Cavalcanti Rocha, Polícia Civil (Brasília de Minas) Joelson Melo Alves, Polícia Civil (Brasília de Minas) Luciana Gomes Cardoso, Prefeitura Municipal de Bom Jesus do Galho (Bom Jesus do Galho) José Roberto de Moraes Machado, Prefeitura Municipal de Bom Jesus do Galho (Bom Jesus do Galho) Victor Hernnogens de Aquino, Prefeitura Municipal de Caratinga (Caratinga) Alcides Leite de Matos Sobrinho, Prefeitura Municipal de Diamantina



(Diamantina) Joysiene Sanguinete Coelho, Prefeitura Municipal de Guanhães (Guanhães) Adriel Gomes Repolho Cabral, Prefeitura Municipal de Iapu (Iapu) Lenilson Manoel da Silva, Prefeitura Municipal de Inhapim (Inhapim) Thalles Judson de Oliveira Castilho, Prefeitura Municipal de Jequitinhonha (Jequitinhonha) Robélia Maria de Jesus Gomes, Prefeitura Municipal de Jequitinhonha (Jequitinhonha) Valdinéia Rodrigues de Jesus Alves, Prefeitura Municipal de Jequitinhonha (Jequitinhonha) Valdinéia Rodrigues de Jesus Alves, Prefeitura Municipal de Manhuaçu (Manhuaçu) Sandro Souza Tavares, Prefeitura Municipal de Mesquita (Mesquita) Maria Conceição de Oliveira Marinho, Prefeitura Municipal de Mirabela (Mirabela) Joana Irene Carreiro do Nascimento, Prefeitura Municipal de São Pedro dos Ferros (São Pedro dos Ferros) José Soares Caldas, Prefeitura Municipal de Serranópolis de Minas (Serranópolis de Minas) Max Vinícius Aguiar Martins, Secretaria Municipal de Agropecuária e Abastecimento (Teófilo Otôni) Cirlene Rodrigues Gomes Jordão, Secretaria Municipal de Meio Ambiente (Monte Azul) Elisângela de Paula Brito, UFVJM Campus Avançado do Mucuri (Teófilo Otôni) Luís Ricardo de Souza Corrêa.

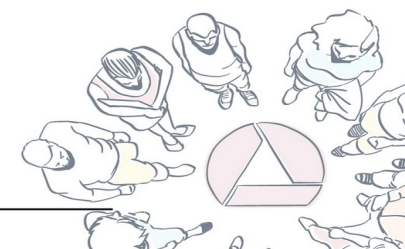


Requerimentos com indicações de projetos e atividades

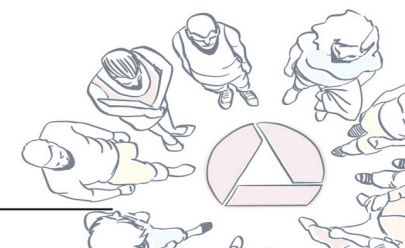
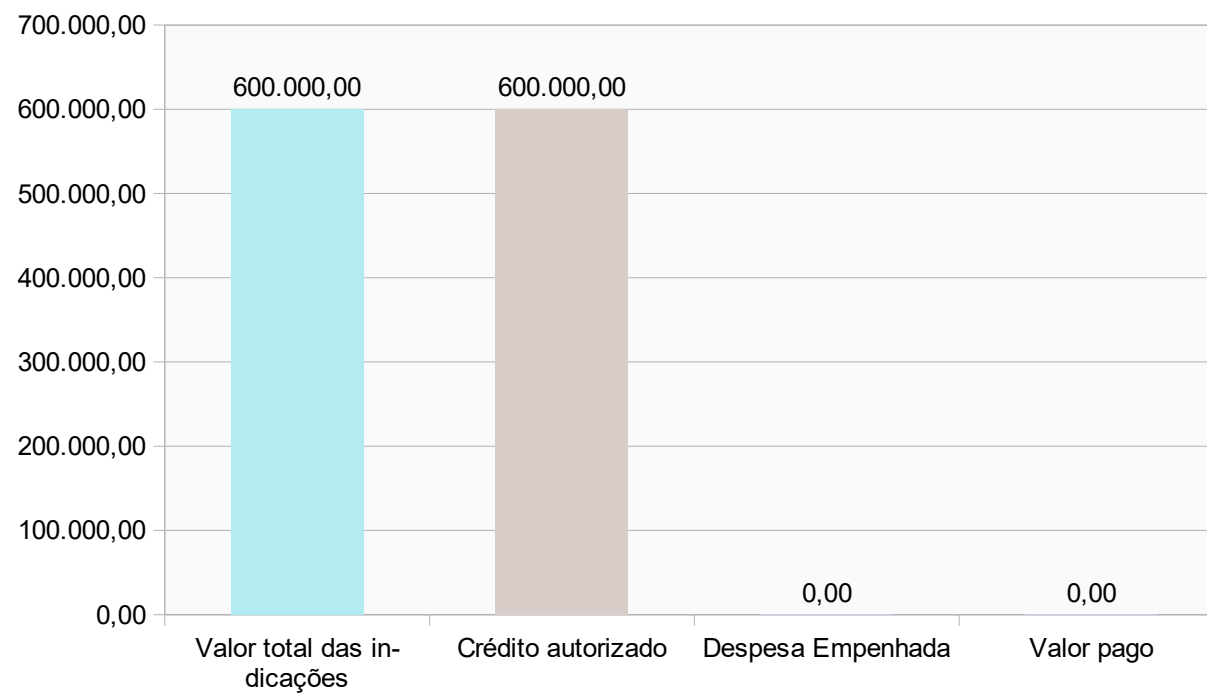
PLE	Requerimento (número)	Ementa (conteúdo do requerimento)
60	5.282	Requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Governo – Segov – pedido de providências para que os projetos e as atividades indicados a seguir, demandados pela população e resultantes do processo de discussão participativa da elaboração do Plano Plurianual de Ação Governamental – PPAG – 2024-2027, sejam executados no âmbito da Ação 2046 – Atendimento às Demandas da Participação Cidadã.
Projetos/Atividades:		
Ampliação da cobertura das atividades da Ação 4047 – Promoção das Políticas Públicas de Proteção à Fauna Doméstica – nas Regiões Intermediárias de Teófilo Otoni, Governador Valadares e Montes Claros. Valor: R\$600.000,00 Categoria econômica da despesa: custeio Sugestão de remanejamento: Ação 4047 – Promoção das Políticas Públicas de Proteção à Fauna Doméstica UO: 1371 – Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável		



Monitoramento dos projetos e atividades indicados						
Programa no PPAG: 27– GESTÃO AMBIENTAL (PLE nº 60/2023)						
Ação no PPAG (número e nome)	Órgão/ entidade responsável (UO)	Valor total das indicações na Ação (R\$1,00)	Execução orçamentária – jan a out/2024			
			Crédito autorizado	Despesa empenhada	% da despesa empenhada sobre o crédito autorizado	Justificativa de execução e demais informações
4047 – Promoção das Políticas Públicas de Proteção à Fauna Doméstica	SEMAD	600.000,00	600.000,00	0,00	0,00	
Projeto/Atividade		Valor indicado por projeto/ atividade (R\$1,00)	Valor autorizado	Valor já pago	% do valor pago sobre o Crédito autorizado	Justificativa de execução e demais informações
Ampliação da cobertura das atividades da Ação 4047 – Promoção das Políticas Públicas de Proteção à Fauna Doméstica – nas Regiões Intermediárias de Teófilo Otoni, Governador Valadares e Montes Claros.		600.000,00	600.000,00	0,00	0,00	Em fase de celebração de convênio, para castração de animais (Montes Claros) e aquisição de 2 castramóveis (Ponte Nova e Itaobim)



Percentual de execução das emendas do Programa 27- GESTÃO AMBIENTAL

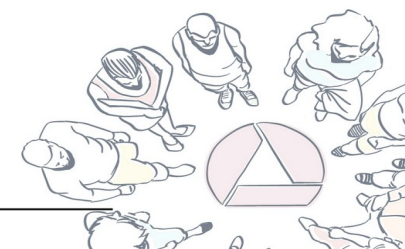


Requerimentos – Pedidos de Providências ou de Informações

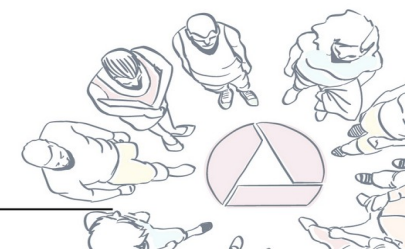
PLE	Requerimento (número)	Destinatário	Ementa (conteúdo do requerimento)	Resposta até out/2024
4	4.882	SEMAD	<p>Pedido de Providências para realizar fiscalização ambiental preventiva na região da Área de Proteção Ambiental do Alto do Mucuri – APA Alto do Mucuri – de forma a coibir ações ilegais de desmatamento; e, ainda, para que estude a possibilidade de incluir a região no Plano Anual de Fiscalização Ambiental da secretaria.</p>	<p>A Secretaria de Estado de Meio Ambiente - Semad - informou que, diante da relevância do pedido e tendo em vista que o Plano Anual de Fiscalização – PAF – para o ano de 2024 já foi instituído, será elaborado plano estratégico de ação preventiva a ser realizado na região da APA Alto do Mucuri, em caráter extraordinário – isto é, para além das ações programadas no PAF 2024. Para a elaboração da melhor estratégia de fiscalização, serão necessárias algumas etapas. Assim, foi elaborado Plano Conceitual da Ação Preventiva Alto do Mucuri – um cronograma das atividades que serão executadas e que culminarão na execução da ação preventiva, com previsão de início no segundo semestre de 2024.</p> <p>A secretaria ainda esclareceu que, até lá, a Diretoria de Estratégia em Fiscalização conduzirá a elaboração de um diagnóstico</p>



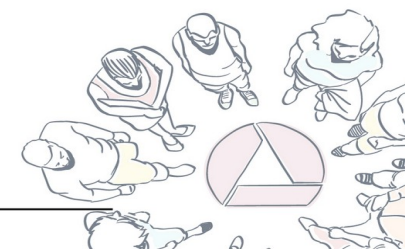
				<p>situacional com base em levantamentos de informações de bancos de dados – como os sistemas do Sisema – e interlocução com atores locais, o que culminará na execução de ação preventiva adaptada às especificidades da região. Assim, espera-se realizar uma ação condizente com as expectativas dos requisitantes e que promova a melhoria da qualidade ambiental.</p>
4	4.883	SEMAD	<p>Pedido de Providências para que na execução da Ação 4038 – Fiscalização Ambiental, dê especial atenção à região do Alto Jequitinhonha, tendo em vista o aumento das atividades minerárias nessa área, em especial de rochas ornamentais, o que pode configurar ameaça à significativa produção de água que abastece o Rio Jequitinhonha; e, ainda, que estude a possibilidade de incluir a região no Plano Anual de Fiscalização da secretaria.</p>	<p>A Secretaria de Estado de Meio Ambiente - Semad - informou que o Plano Anual de Fiscalização - PAF 2024 contempla ações voltadas para o tema na região. Estão previstas a execução de duas operações ordinárias com foco em atividades de extração mineral e atividades potencialmente poluidoras e ainda quatro operações ordinárias em recursos hídricos. O PAF vigente é resultado das análises provenientes do Diagnóstico Ambiental que aponta os principais fatores de pressão no território estadual. A equipe de fiscalização permanece atenta às informações relevantes, contando com o suporte da Superintendência de Inteligência para processar os dados e oferecer subsídios à</p>



				fiscalização ambiental. A Semad ressalta ainda que incentiva a utilização dos canais de denúncia do órgão ambiental (telefone 155), para que a sociedade reporte quaisquer irregularidades ambientais, possibilitando uma resposta mais rápida e eficaz às infrações identificadas pela população local.
4	4.884	SEMAD	Pedido de Providências para cumprir a decisão proferida nos autos da Ação de Cumprimento de Sentença nº 1.0000.16.050144-1/000, garantindo a valorização dos servidores do Sistema Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos – Sisema –, promova concurso público e componha equipes multidisciplinares aptas a realizar fiscalização ambiental – em especial de empreendimentos de extração de minério de ferro na região leste do Estado –, e que possam acompanhar as condicionantes impostas nos atos de regularização ambiental emitidos pela secretaria.	A Secretaria de Estado de Meio Ambiente - Semad - informou que tem acompanhado, junto à Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão – Seplag e à Advocacia-Geral do Estado – AGE, os desdobramentos referentes ao Acordo Judicial Homologado pelo Tribunal de Justiça de Minas Gerais. Ressaltou, contudo, que a Semad e suas entidades vinculadas não possuem competência legal para ações decisórias nos autos da Ação de Cumprimento de Sentença nº 1.0000.16.050144-1/001, e que essas ações são de competência legal da Seplag e AGE. Quanto à realização de concursos, informou que a Secretaria não possui autorização legal para realização, em razão do Poder Executivo Estadual permanecer acima do limite prudencial de gastos com



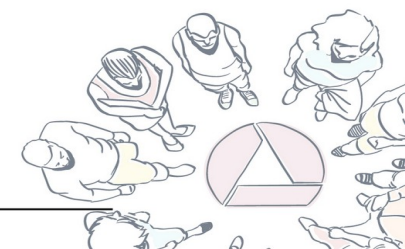
				<p>peçoal em relação à receita corrente líquida, nos termos da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF). A Secretaria não encaminhou resposta quanto à composição de equipes multidisciplinares aptas a realizar fiscalização ambiental – em especial de empreendimentos de extração de minério de ferro na região leste do Estado -, e que possam acompanhar as condicionantes impostas nos atos de regularização ambiental emitidas pela secretaria,</p>
18	4.983	IEF	<p>Pedido de Providências para que na execução da Ação 4056 – Recuperação Ambiental, contemplar a Região Intermediária de Teófilo Otoni, viabilizando a aquisição de material para o cercamento de nascentes e a restauração ambiental de áreas de recarga hídrica em topos de morro.</p>	<p>O Instituto Estadual de Florestas informou que não há previsão de recursos no orçamento do órgão para a aquisição de material de cercamento, como mourões, arames, balancins. Esclareceu que seria necessária a disponibilização de recursos por meio de emenda parlamentar ou outro tipo de fonte para atender especificamente a solicitação. Entretanto, colocou-se à disposição para elaboração de projeto com vistas à implementação do Programa de Regularização Ambiental na região com assistência técnica para formalização do projeto e fornecimento de mudas de</p>



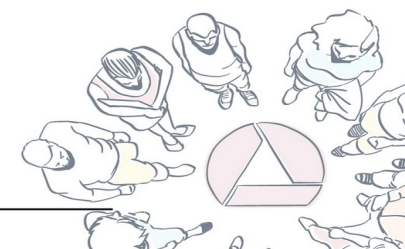
				<p>espécies nativas. Explicou que o planejamento de ações de conservação e recuperação da vegetação nativa é coordenado pelas Unidades Regionais de Florestas e Biodiversidade (URFBios), distribuídas em 14 regiões do Estado, e que está à disposição para atender as prefeituras e outros atores para, juntos, pensarem em parcerias para promover ações de conservação e restauração de ecossistemas. A região de Teófilo Otoni é atendida pela unidade URFBio Nordeste.</p>
18	4.984	SEMAD	<p>Pedido de Providências para realizar uma avaliação do programa Bolsa Verde para abranger: i) os resultados alcançados; ii) os eventuais problemas enfrentados na gestão do programa; e iii) uma possível continuidade da política pública de pagamento por serviços ambientais voltada para a conservação da biodiversidade com eventuais modificações em seu escopo.</p>	<p>O Instituto Estadual de Florestas destacou que publicou em novembro de 2022 documento intitulado “Bolsa Verde – lições aprendidas” (disponível em: http://www.ief.mg.gov.br/bolsa-verde/publicacoes), no qual foram abordados os principais desafios encontrados ao longo dos mais de 10 anos à frente da gestão do Programa, bem como os resultados alcançados, na perspectiva de reforçar essa e outras iniciativas congêneres em andamento, que representam mecanismos de incentivo econômico à sustentabilidade.</p> <p>A respeito da possível continuidade da</p>



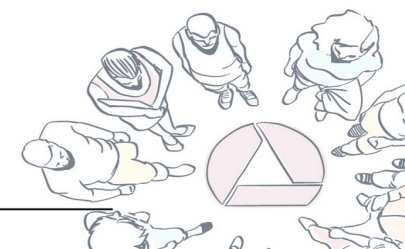
				<p>política pública, esclareceu que se faz necessária a regularização dos pagamentos devidos a todos os beneficiários cadastrados nos editais 2010 e 2011 do programa. Isso porque, apesar de esses editais terem sua vigência encerrada em 2016 e 2018, respectivamente, ainda existe um passivo de aproximadamente R\$22 milhões a serem pagos para conclusão do programa.</p> <p>Por fim, citou o Projeto de Lei nº 4.041/2022, em tramitação nesta Casa, que busca instituir a Política Estadual de Serviços Ambientais, que servirá de diretriz para elaboração de novos programas de PSA no Estado, à semelhança do Bolsa Verde, ou mesmo para resgate desse programa, com os devidos ajustes, dado seu pioneirismo e importância, já que a expressão “Bolsa Verde” ainda hoje é referência para muitos produtores rurais.</p>
18	4.985	IEF	Pedido de informações acerca do cronograma de quitação dos débitos referentes ao Programa Bolsa Verde.	Sem resposta.
18	4.986	IEF	Pedido de Providências para proceder ao levantamento de eventuais investimentos necessários	O Instituto Estadual de Florestas informou, especificamente sobre a regularização



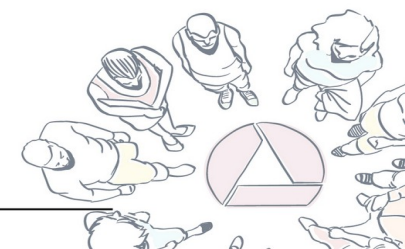
			<p>para conservação, estruturação e regularização fundiária do Parque Estadual Serra Nova e Talhado.</p>	<p>fundiária, que o preço por hectare de terra nua (preservação da fauna ou flora) foi estimado, conforme documento anexado (“Plano de Trabalho - Regularização Fundiária dos Unidades de Conservação Estaduais Passíveis de Posse e Domínio Público”), em R\$50,5 milhões. Esclareceu que, para a definição do valor real de cada propriedade inserida no parque, é necessária a avaliação individual de cada um dos imóveis, conforme NBR 14.653-3. Salientou que o custo estimado para georreferenciamento dos imóveis particulares é de R\$15 milhões e que é preciso contratar serviços especializados para tal propósito. Listou as necessidades que carecem de planejamento, de acordo com o Plano de Manejo do Parque: plano de monitoramento de impactos da visitação; plano de consolidação territorial: regularização fundiária e revisão do limite atual da UC na porção norte, sul e oeste; plano de proteção e fiscalização; programa de pesquisa voltado para o patrimônio histórico-cultural; plano de valorização e incentivo à literatura regional voltado para assuntos relacionados ao parque; programa de interpretação ambiental;</p>
--	--	--	--	---



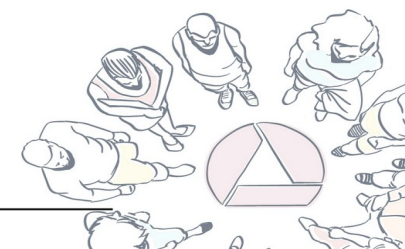
				plano de monitoramento e manejo das áreas de recarga hídrica; programa de sensibilização da comunidade para regularizar o uso da água; plano de educação ambiental; plano de recuperação de erosão. Por fim, esclareceu que a unidade de conservação conta com gestão atuante e efetiva na consecução dos seus objetivos, conforme documento anexado (Relatório de Atividades de 2023).
18	4.987	IEF	Pedido de Providências para que na execução de ações voltadas para o combate a incêndios florestais, considerar as características da região Norte do Estado que favorecem a incidência e a propagação das queimadas e priorize ações na região, com a realização das seguintes atividades: campanhas de conscientização, construção de aceiros, orientação a produtores rurais, monitoramento das áreas de preservação e do entorno de unidades de conservação, patrulhamento preventivo e combate aos focos de incêndio.	O Instituto Estadual de Florestas informou que dedica atenção especial ao Norte de Minas nas ações de prevenção e combate a incêndios, particularmente as unidades de conservação – UCs – das Unidades Regionais de Floresta e Biodiversidade Norte e Alto Médio São Francisco. Anualmente, contrata brigadistas florestais temporários por quatro meses, conforme normativa do governo do Estado. Além disso, firmou Termo de Descentralização de Crédito Orçamentário com a Polícia Militar de Minas Gerais para uso de helicópteros e aviões de monitoramento, totalizando 800 horas de voo, utilizados especialmente durante o período crítico de incêndios florestais.



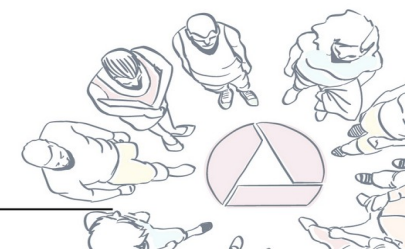
				<p>O instituto ainda relatou que aporta recursos de compensação florestal minerária para combate a incêndios nas UCs das bacias hidrográficas dos Rios Doce e São Francisco, incluindo a contratação de oito aeronaves com 820 horas de voo. Em 2023, tais recursos foram destinados às unidades operacionais de Serra Nova e Talhado, Caminho dos Gerais, Serra do Cabral, Lapa Grande, Serra das Araras, Alto Médio São Francisco e Lagoa do Cajueiro.</p> <p>Por fim, sugeriu consulta ao Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais sobre as atividades de prevenção e combate aos incêndios florestais coordenadas pelo órgão no escopo da Força Tarefa Previncêndio.</p>
18	4.988	IEF	<p>Pedido de Providências para que na execução da Ação 4059 – Gestão de Unidades e Conservação, contemplar a pavimentação de trechos da estrada do Parque Estadual do Rio Preto, visando à estabilização do piso da estrada para evitar o carreamento de terra para o rio Preto, melhorar a preservação dos recursos hídricos e a oferta de água para comunidades, melhorar a acessibilidade do cidadão à unidade de conservação e incentivar a visita turística ao</p>	<p>O Instituto Estadual de Florestas informou que a estrada de acesso ao Parque Estadual do Rio Preto é uma via local, cuja conservação e recuperação compete à Prefeitura Municipal de São Gonçalo do Rio Preto. Com relação especificamente à entrada do parque, salientou que o instituto recebeu, por intermédio do deputado Ricardo Campos, emenda</p>



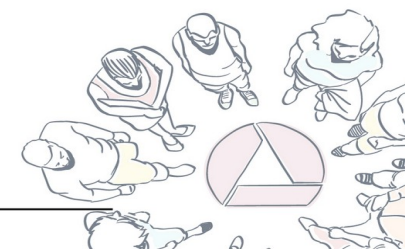
			parque e à região, gerando renda para as comunidades do entorno.	parlamentar de R\$230.000,00, para calçamento do local, e que a Unidade Regional de Florestas e Biodiversidade do Jequitinhonha já foi acionada para elaborar o plano de trabalho e executar as obras.
19	4.989	SEMAD	Pedido de Providências para apoiar a implantação de tratamento de esgoto na zona rural de Teófilo Otoni, por meio da Ação 4028 – Promoção das Políticas Públicas de Abastecimento de Água, Esgotamento Sanitário e Drenagem de Águas Pluviais, do Plano Plurianual de Ação Governamental para o quadriênio 2024-2027 – PPAG 2024-2027 –, atendendo prioritariamente aos moradores do Acampamento Mãe Esperança – Itamunheque, Assentamento Fritz, Jaqueira e Lajinha, no Município de Teófilo Otoni, bem como à Comunidade de Santa Cruz, na área rural do Município de Catuji.	A Secretaria de Estado de Meio Ambiente – Semad - esclareceu que, nos termos do Decreto nº 48.706/2023, tem competência para formular, desenvolver e acompanhar políticas públicas relativas ao saneamento básico e ao meio ambiente, bem como para apoiar os municípios na implementação de serviços, infraestrutura e instalações de abastecimento de água e esgotamento sanitário. Informou que o Município de Teófilo Otoni possui contrato de concessão com a Copasa para a execução do serviço de esgotamento sanitário e que ações de capacitação, apoio técnico e fornecimento de informações aos municípios compõem o portfólio do Sisema. Por fim, a secretaria esclareceu que, considerando as restrições orçamentárias da pasta, nos termos da Lei Orçamentária Anual para 2024, no momento não existem editais de chamada pública em aberto para viabilizar a



				implantação de tratamento de esgoto na zona rural do Município de Teófilo Otoni.
19	4.990	SEMAD	Pedido de Providências para apoiar a implantação de sistemas estáticos de tratamento de esgoto para atendimento às comunidades rurais dos Municípios de Alvarenga, Bom Jesus do Galho, Caratinga, Entre Folhas, Iapu, Mesquita, Raul Soares, Vargem Alegre e Vermelho Novo (Região Intermediária de Ipatinga); Manhuaçu e São Pedro dos Ferros (Região Intermediária de Juiz de Fora), bem como a toda a Bacia Hidrográfica do Rio Caratinga (Região Intermediária de Governador Valadares).	A Secretaria de Estado de Meio Ambiente – Semad - esclareceu que, nos termos do decreto nº 48.706/2023, tem competência para formular, desenvolver e acompanhar políticas públicas relativas ao saneamento básico e ao meio ambiente, bem como para apoiar os municípios na implementação de serviços, infraestrutura e instalações de abastecimento de água e esgotamento sanitário. Informou que ações de capacitação, apoio técnico e fornecimento de informações aos municípios compõem o portfólio do Sisema. Por fim, a secretaria esclareceu que, considerando as restrições orçamentárias da pasta, nos termos da Lei Orçamentária Anual para 2024, no momento não existem editais de chamada pública em aberto para atendimento ao pleito.
19	4.991	SEMAD	Pedido de Providências para ofertar aos catadores, associações e cooperativas de materiais recicláveis dos Municípios de Monte Azul, Manhuaçu e região, cursos para que possam se capacitar e se habilitar para	A Secretaria de Estado de Meio Ambiente – Semad - informou que disponibilizaria um técnico da equipe do Centro Mineiro de Referência em Resíduos para ministrar um



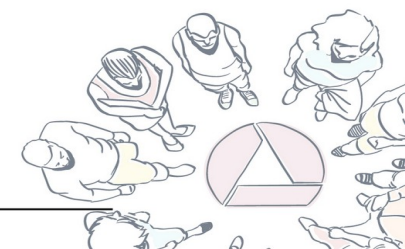
			ingressar no Programa Bolsa Reciclagem.	curso de capacitação, com aplicação na segunda quinzena de abril de 2024, na modalidade presencial, para as associações e cooperativas de catadores dos municípios de Monte Azul, Manhuaçu e região, a fim de facilitar o processo de habilitação e ingresso dessas organizações no Programa Bolsa Reciclagem. Destacou, entretanto, que a definição exata da data do curso e do local seria alinhada com os representantes dos municípios e das organizações de catadores.
19	4.992	COPASA	Pedido de Providências para executar obras e melhorias visando à redução de maus odores advindos da unidade de tratamento de esgotos da Copasa, localizada no Bairro Sagrada Família, no Município de São Francisco.	A Copasa esclareceu que trabalha diuturnamente para reduzir os maus odores no entorno de suas estações de tratamento de esgoto – ETEs –, porém o esgoto, composto basicamente por matéria orgânica, libera gases em sua decomposição. A companhia informou ainda que tem dosado peróxido de hidrogênio na ETE do Município de São Francisco, para acelerar a oxidação da matéria orgânica e controlar a geração dos maus odores. Destacou a importância do Programa Precend, que controla e regulamenta o lançamento de efluentes não domésticos nas redes coletoras de



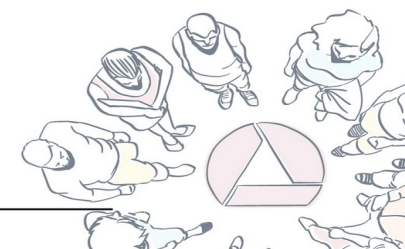
				<p>esgoto, para prevenir interferências no tratamento realizado nas estações e colaborar para a redução de maus odores. Por fim, a companhia ressaltou que é fundamental a conscientização da população em relação aos serviços de tratamento de esgoto, a fim de se evitar o lançamento irregular desses efluentes e a contaminação do meio ambiente.</p>
19	4.993	ARSAE-MG	<p>Pedido de Providências para fiscalizar a Estação de Tratamento de Esgotos – ETE – da Copasa, localizada no Bairro Sagrada Família, no Município de São Francisco, a fim de verificar as condições operacionais, o atendimento aos padrões ambientais e a geração de maus odores nessa unidade.</p>	<p>A Agência Reguladora de Serviços de Abastecimento de Água e de Esgotamento Sanitário do Estado de Minas Gerais – Arsa-e-MG - informou que realizou uma fiscalização nos sistemas de abastecimento de água e de esgotamento sanitário em São Francisco, em janeiro de 2024, quando foram elaborados os relatórios operacionais nºs 63 e 70/2024, que descrevem as condições técnico-operacionais e as não conformidades constatadas. Esses relatórios foram enviados à Copasa para solução dos problemas identificados, entretanto, segundo a agência, a companhia restringiu a divulgação das informações neles contidas, em razão do sigilo das mesmas (Decreto nº 45.969/2012 e Lei nº</p>



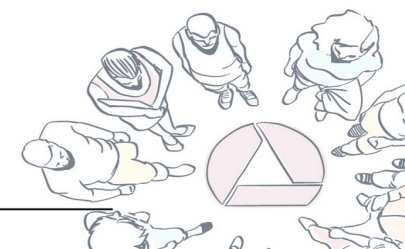
				<p>12.527/2011).</p> <p>A Arsae esclareceu que a fiscalização apontou o descumprimento da frequência mínima de monitoramento da estação de tratamento de esgoto, dos padrões de lançamento para efluentes e dos prazos para correção de extravasamento de esgoto. Assim, ficou estabelecido o prazo de 30 dias úteis para que a Copasa se manifestasse; caso contrário, começariam a correr os prazos de correção para as não conformidades verificadas, as quais poderão ser autuadas e sancionadas pela agência, que reiterou estar acompanhando o processo.</p>
19	4.994	SEMAD	Pedido de Providências para apoiar ações voltadas à ampliação da coleta seletiva no Município de Monte Azul.	<p>A Secretaria de Estado de Meio Ambiente – Semad - esclareceu que disponibilizará um técnico, representando as equipes do Centro Mineiro de Referência em Resíduos e da Diretoria de Resíduos Sólidos Urbanos dessa pasta, para o atendimento da demanda solicitada. Além disso, alinharia com os representantes do Município de Monte Azul visitas técnicas para realizar um diagnóstico da coleta seletiva e propor um plano e um cronograma de</p>



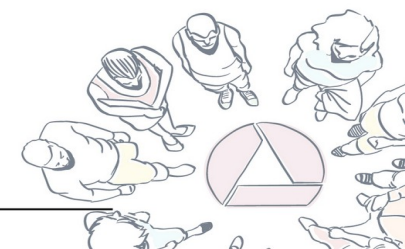
				acompanhamento das ações.
19	4.995	COPANOR	Pedido de Providências para ampliar e complementar o sistema de esgotamento sanitário do Município de Chapada do Norte, de forma a atender aos Distritos de Boa Vista, Cachoeira do Norte, Santa Rita do Araçuaí e Granja do Norte.	<p>A Copanor esclareceu que as obras para a conclusão do sistema de esgotamento sanitário da sede municipal de Chapada do Norte foram retomadas em março de 2024. Além disso, teve início o processo licitatório para as obras de esgotamento sanitário do Distrito de Santa Rita do Araçuaí, com previsão de retomada das obras no segundo semestre de 2024. O investimento estimado para os dois sistemas é de quase R\$5 milhões.</p> <p>Com relação às demais localidades destacadas no pleito, a Copanor informou que a previsão de início das obras é a partir de 2027, com um montante de investimentos da ordem de R\$4 milhões.</p> <p>Por fim, a Copanor ressaltou que licita seus contratos para execução de serviços de implantação/ampliação de sistemas de abastecimento de água e sistemas de esgotamento sanitário com base em seu plano plurianual de investimentos, sendo previamente contratada a elaboração dos projetos, a regularização fundiária e o licenciamento ambiental.</p>



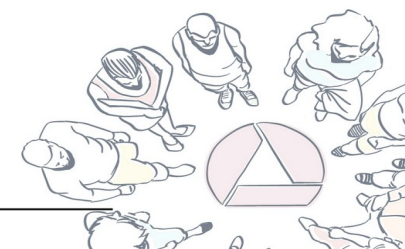
19	4.996	COPANOR	<p>Pedido de Providências para ampliar o acesso à água na área rural e nos distritos do Município de Chapada do Norte, que estão sendo abastecidos por caminhões-pipa.</p>	<p>A Copanor informou que opera, de forma regular e sem intermitência, os sistemas de abastecimento de água da sede municipal de Chapada do Norte, bem como as localidades de Alves, Atanásio, Batiouro, Beira do Capivari, Cachoeira do Norte, Córrego São José, Granjas do Norte, Moça Santa, Poções, Santa Rita do Araçuaí, Servano e São Sebastião da Boa Vista.</p> <p>A empresa esclareceu que as demais localidades constantes no contrato do programa estão inseridas no plano plurianual de investimentos da companhia, atendendo a universalização do saneamento prevista na Lei Federal nº 14.026/2020, que atualizou o marco legal do saneamento e estabeleceu as metas de 99% de acesso a água potável e 90% de coleta e tratamento de esgoto até 2033.</p>
19	4.997	COPASA	<p>Pedido de Providências para agilizar a implementação do Programa Universaliza Minas, que busca levar água tratada para mais de 370 localidades e áreas rurais do Estado, a fim de que sejam atingidas as metas de universalização dos serviços até 2033, conforme determina o Novo Marco Legal do Saneamento.</p>	<p>A Copasa informou que o programa Universaliza Minas, lançado em maio de 2023, já conta com 42 obras concluídas e outras 64 em andamento.</p> <p>A companhia esclareceu que o programa contempla as seguintes fases: 1: análise de critérios objetivos, viabilidade e hierarquização; 2: providências de caráter</p>



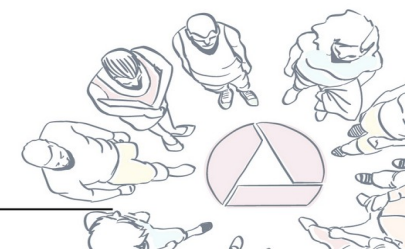
				<p>legal, que não dependem exclusivamente da Copasa, mas também das prefeituras municipais; 3: desenvolvimento dos projetos, determinante na estipulação dos prazos; 4: execução das obras.</p> <p>A companhia entende, por fim, que o Universaliza Minas vem sendo implementado com sucesso e que o programa possui metodologia, critérios e procedimentos bem definidos.</p>
19	4.998	SEMAD	<p>Pedido de Providências para implantar fossas biodigestoras de placas, em parceria com a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais – Emater–MG –, para tratamento dos esgotos em residências da zona rural dos municípios dos Vales do Mucuri e Jequitinhonha, com base na experiência do Grupo de Extensão e Pesquisa em Agricultura Familiar da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (Gepaf – UFVJM).</p>	<p>A Secretaria de Estado de Meio Ambiente – Semad - esclareceu que, nos termos do Decreto nº 48.706/2023, tem competência para formular, desenvolver e acompanhar políticas públicas relativas ao saneamento básico e ao meio ambiente, bem como para apoiar os municípios na implementação de serviços, infraestrutura e instalações de abastecimento de água e esgotamento sanitário.</p> <p>Informou que o município de Teófilo Otoni possui contrato de concessão com a Copasa para a execução do serviço de esgotamento sanitário e que ações de capacitação, apoio técnico e fornecimento de informações aos municípios compõem o</p>



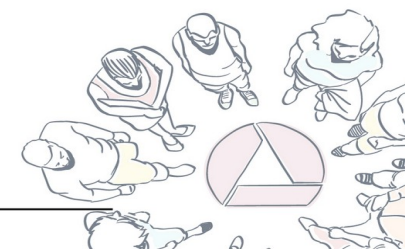
				<p>portfólio do Sisema relativos a essa questão.</p> <p>Por fim, a secretaria esclareceu que, considerando as restrições orçamentárias da pasta, nos termos da Lei Orçamentária Anual para 2024, no momento não existem editais de chamada pública abertos para viabilizar a implantação de fossas biodigestoras de placas para tratamento dos esgotos em residências da zona rural dos municípios dos Vales do Mucuri e Jequitinhonha.</p>
19	4.999	SEMAD	<p>Pedido de Providências para apoiar e destinar recursos ao laboratório de análise de água do Comitê Técnico Científico e Multidisciplinar do campus do Mucuri, da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, a fim de que a unidade possa cobrir despesas de custeio e de capital para demandas de análise de água dos municípios dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri.</p>	<p>A Secretaria de Estado de Meio Ambiente - Semad - encaminhou o requerimento para o Instituto Mineiro de Gestão das Águas - Igam, que esclareceu que, para o monitoramento da qualidade da água nas suas diversas estações hidrometeorológicas no Estado, dispõe de um contrato com o Centro de Inovação e Tecnologia do Senai/Fiemg para a análise de qualidade da água. O instituto informou ainda que não dispõe de recursos para instalação de um laboratório de análise de qualidade da água no campus do Mucuri, da Universidade Federal dos Vales do</p>



				<p>Jequitinhonha e Mucuri. Por fim, destacou que disponibiliza dados, relatórios, boletins e mapas no repositório institucional do Portal Infohidro (https://portalinfohidro.igam.mg.gov.br), onde é possível consultar diversas informações referentes ao local de interesse.</p>
19	5.000	SEMAD	<p>Pedido de Providências para avaliar a possibilidade e a viabilidade de replicar o Projeto Fossas Sépticas Econômicas e Quintais Agroecológicos, executado no Município de Caratinga, no restante do Estado.</p>	<p>A Secretaria de Estado de Meio Ambiente – Semad - esclareceu que, nos termos do Decreto nº 48.706/2023, tem competência para formular, desenvolver e acompanhar políticas públicas relativas ao saneamento básico e ao meio ambiente, bem como para apoiar os municípios na implementação de serviços, infraestrutura e instalações de abastecimento de água e esgotamento sanitário.</p> <p>Informou que ações de capacitação, apoio técnico e fornecimento de informações aos municípios compõem o portfólio do Sisema relativos a essa questão. Por fim, esclareceu que, considerando as restrições orçamentárias da pasta, no momento não existem editais de chamada pública abertos para viabilizar a instalação de</p>



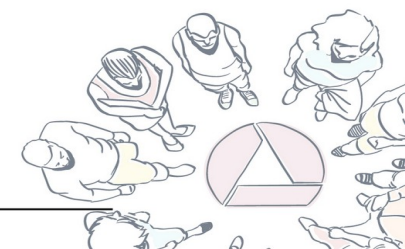
				fossas sépticas econômicas nos municípios do Estado e que a matéria quintais agroecológicos não faz parte das competências dessa secretaria.
19	5.001	COPASA	Pedido de Providências para executar ações e projetos que possibilitem a ampliação da oferta e da distribuição de água aos Municípios de Jequitinhonha, Joáima, Felisburgo, Almenara e mais 14 municípios do Baixo Jequitinhonha.	A Copasa esclareceu que, nos municípios do Baixo Jequitinhonha onde é a concessionária do serviço de distribuição de água, vem realizando investimentos para melhorar e ampliar o acesso da população ao abastecimento, contribuindo para a universalização do saneamento nessas localidades, conforme preconiza a Lei Federal nº 14.026, de 2020. A empresa informou que está em processo de aquisição de novos reservatórios para as unidades que demandam reforço em sua capacidade de armazenamento, além de manter um monitoramento regular de seus sistemas para identificar eventuais deficiências e, assim, implementar as medidas corretivas e de melhorias necessárias.
19	5.002	COPASA	Pedido de Providências para aumentar a capacidade dos reservatórios dos Municípios de Jequitinhonha, Joáima, Felisburgo, Almenara e de outros municípios do Baixo Jequitinhonha, que têm passado por deficiência e intermitência no abastecimento e na	A Copasa esclareceu que, nos municípios do Baixo Jequitinhonha onde é a concessionária do serviço de distribuição de água, vem realizando investimentos para melhorar e ampliar o acesso da



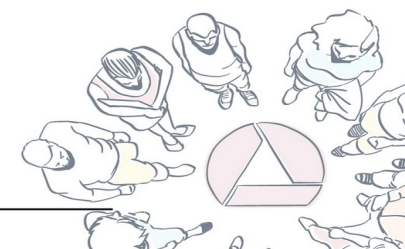
			distribuição de água tratada.	<p>população ao abastecimento, contribuindo para a universalização do saneamento nessas localidades.</p> <p>A empresa informou que está em processo de aquisição de novos reservatórios para as unidades que demandam reforço em sua capacidade de armazenamento, além de manter um monitoramento regular de seus sistemas para identificar eventuais deficiências e, assim, implementar as medidas corretivas e de melhorias necessárias.</p>
19	5.003	COPASA	Pedido de Providências para incluir a Comunidade Boa Vista, no Município de Jequitinhonha, no Programa Universaliza Minas.	<p>A Copasa informou que a inclusão da Comunidade de Boa Vista no programa Universaliza Minas será analisada. Esclareceu que o pleito passará pelas fases iniciais de análise de viabilidade e hierarquização, seguindo os critérios já estabelecidos no programa. Para que essa fase seja concluída de acordo com os critérios estabelecidos, é mandatória a expressa manifestação de vontade da Prefeitura Municipal, pessoa jurídica responsável pela concessão dos serviços de saneamento. Dessa forma, a empresa sugeriu que se oriente a Prefeitura Municipal de Jequitinhonha para que envie</p>



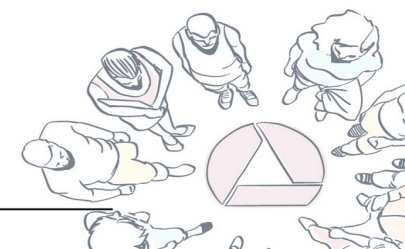
				ofício solicitando a inclusão da localidade para o endereço de e-mail universaliza.minas@copasa.com.br .
19	5.004	COPASA	Pedido de Providências para ampliar o sistema existente ou implantada nova infraestrutura de captação de água para a Comunidade Boa Vista, no Município de Jequitinhonha.	A Copasa esclareceu que opera os serviços de abastecimento de água na sede municipal de Jequitinhonha, sendo a sua subsidiária, Copanor, responsável pelos Distritos de Caju, Estiva, Guaranilândia, Mumbuca e São Pedro do Jequitinhonha. Assim, a comunidade de Boa Vista não está na área de atuação da empresa, o que impossibilita o seu atendimento.
19	5.005	SEMAD	Pedido de Providências para apoiar a instalação de fossas sépticas biodigestoras em residências da zona rural do Município de Juiz de Fora, visando à preservação do meio ambiente e à melhoria das condições de saúde da população local.	A Secretaria de Estado de Meio Ambiente – Semad - esclareceu que, nos termos do Decreto nº 48.706/2023, tem competência para formular, desenvolver e acompanhar políticas públicas relativas ao saneamento básico e ao meio ambiente, bem como para apoiar os municípios na implementação de serviços, infraestrutura e instalações de abastecimento de água e esgotamento sanitário. Informou que ações de capacitação, apoio técnico e fornecimento de informações aos municípios compõem o portfólio do Sisema relativos a essa questão.



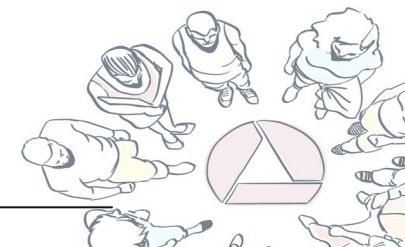
				<p>Por fim, esclareceu que, considerando as restrições orçamentárias da pasta, nos termos da Lei Orçamentária Anual para 2024, no momento não existem editais de chamada pública abertos para viabilizar a instalação de fossas sépticas biodigestoras em residências da zona rural do Município de Juiz de Fora.</p>
23	5.028	SEMAD	<p>Pedido de Providências para viabilizar a instalação de um laboratório de análise de qualidade de água na Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri – UFVJM –, com interação com a rede de monitoramento ambiental; promova educação sanitária no uso de recursos hídricos; e apoie a melhoria do saneamento básico na Bacia do Rio Todos os Santos.</p>	<p>A Secretaria de Estado de Meio Ambiente – Semad – encaminhou resposta do Instituto Mineiro de Gestão das Águas – Igam -, que informou que é sua competência implantar e operar as redes hidrometeorológica, hidrogeológica, sedimentométrica e de qualidade das águas superficiais e subterrâneas, próprias ou de outras instituições, em articulação com órgãos e entidades públicos ou privados, integrantes ou usuários das referidas redes, nos termos do art. 4º, IV, do Decreto Estadual nº 47.866/2020.</p> <p>O instituto destacou que, considerando as dimensões geográficas do Estado e a logística que tal serviço demanda, dispõe de um contrato celebrado com o Centro de Inovação e Tecnologia do Senai/Fiemg para</p>



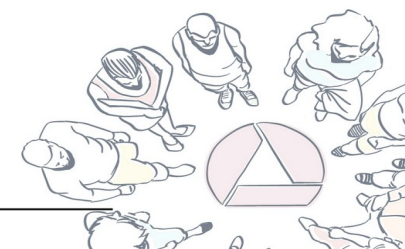
				fazer a análise de qualidade da água. Por fim, informou não dispor de recursos para instalação do laboratório pleiteado, mas que disponibiliza dados, relatórios, boletins e mapas no repositório institucional do Portal Infohidro (https://portalinfohidro.igam.mg.gov.br/), no qual é possível consultar informações referentes ao local de interesse.
23	5.029	ARSAE-MG	Pedido de Providências para exigir da Copasa Serviços de Saneamento Integrado do Norte e Nordeste de Minas Gerais – Copanor – padrões mais elevados de qualidade nos serviços prestados pela companhia.	A Arsaie-MG informou que, desde 2020 (Resolução Arsaie nº 133/2019), está sendo possível realizar o processo sancionatório. Assim, quando é identificada alguma não conformidade, a equipe de fiscalização age de forma diligente, concedendo prazo para correção e, caso a solução não ocorra, aplica sanções. Esclareceu ainda que foram conduzidos diversos processos de fiscalização em 53 municípios, abrangendo 159 localidades onde a Copanor atua. O encerramento do processo ocorre apenas após o prestador comprovar que as não conformidades foram corrigidas, conforme as ações acordadas no Termo de Ajustamento de Conduta, e/ou após o pagamento das multas aplicadas.



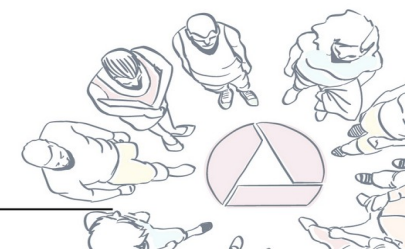
				<p>A agência ainda ressaltou que, durante as inspeções, foram identificadas 579 irregularidades, sendo que 234 foram solucionadas pelo prestador, 146 ainda estão sob luz do processo sancionatório e 199 tiveram a sanção pecuniária aplicada, resultando em valores que totalizam R\$1.509.432,90. Não obstante, reiterou que é obrigação do titular dos serviços, ou seja, da prefeitura, acompanhar a prestação do serviço concedido, bem como permanecer vigilante a fim de fazer valer o contrato que o Poder Executivo municipal estabeleceu com a Copanor.</p>
23	5.030	IGAM	<p>Pedido de informações consubstanciadas nos valores oriundos da cobrança pelo uso de recursos hídricos que foram repassados a cada um dos comitês de bacia hidrográfica do Estado, nos últimos três anos.</p>	Sem resposta.
62	5.286	FEAM	<p>Pedido de informações consubstanciadas em relatório detalhado sobre as áreas degradadas e abandonadas pela mineração de rochas ornamentais na região do Alto Jequitinhonha que precisam ser recuperadas, em que constem os empreendimentos responsáveis por essas áreas, bem como as eventuais medidas administrativas e ações judiciais do Estado buscando sua recuperação.</p>	Sem resposta.



70	5.294	ARSAE-MG	<p>Pedido de Providências para aprimorar a metodologia de avaliação da capacidade de pagamento dos usuários dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário do Estado e análise a viabilidade de adotar outra faixa de tarifa social destinada às famílias de baixíssima renda, de modo a possibilitar desconto maior do que a tarifa social vigente, observando-se que a nova faixa deve levar em conta a renda per capita das famílias que habitam as localidades de menor Índice de Desenvolvimento Humano – IDH – do Estado.</p>	<p>A Arsaie-MG informou que desenvolve ações para atendimento do pleito e citou a Análise de Resultado Regulatório – ARR – realizada para avaliar os resultados práticos da Resolução Arsaie-MG 150/2021, que consolida a Política da Tarifa Social. A agência esclareceu que, além de melhor compreender os efeitos alcançados pela tarifa social, vem identificando pontos de melhoria para a adequação da capacidade de pagamentos dos usuários. Além disso, a ARR da tarifa social foi colocada em consulta pública entre 29 de janeiro a 29 de fevereiro de 2024, tendo sido realizada audiência pública no dia 20 de fevereiro de 2024 (link: https://www.youtube.com/watch?v=V7R8XDk4foU&t=2425s). Todos os documentos referentes à consulta pública estão publicados no site da agência (link: https://www.arsae.mg.gov.br/consultas-publicas/). Por fim, a Arsaie informou que a consolidação dessa análise seria finalizada até abril/2024 e que, a partir dos resultados, será feito o aprimoramento da norma da tarifa social, que poderá considerar, entre outros aspectos, os elementos apresentados no requerimento.</p>
----	-------	----------	--	---



70	5.295	SEGOV	Pedido de Providências para formular estratégias para que recursos tributários da esfera estadual, tanto onerosos como a fundo perdido, consigam atingir, de forma planejada, os pequenos municípios e os locais com forte concentração do déficit de saneamento, onde apenas os recursos tarifários e municipais não são suficientes para o efetivo equacionamento da demanda.	Sem resposta.
70	5.296	COPASA	Pedido de Providências para realizar campanha de divulgação da tarifa social através de meios populares de comunicação.	Em sua resposta, a Copasa esclarece que reconhece a importância da tarifa social para os clientes com baixa capacidade de pagamento e, por essa razão, trabalha intensamente para divulgar os critérios e as formas de concessão do benefício. A empresa enumera em sua resposta as principais ações em curso para a promoção e a divulgação da tarifa social e reitera que mantém, de forma contínua, contato com os Centros de Referência de Assistência Social dos municípios de forma a potencializar a busca ativa por clientes aptos a receberem o benefício. Por fim, a Copasa ressalta que por se tratar de um benefício diretamente atrelado ao CadÚnico, é necessário que os beneficiários mantenham seu cadastro sempre atualizado no programa, a fim de



				se evitar o descredenciamento.
70	5.297	COPANOR	Pedido de Providências para realizar campanha de divulgação da tarifa social através de meios populares de comunicação.	A Copanor esclareceu que reconhece a importância da tarifa social para os clientes com baixa capacidade de pagamento e, por essa razão, trabalha intensamente para divulgar os critérios e as formas de concessão do benefício. A empresa enumerou as principais ações em curso para a promoção e divulgação da tarifa social e reiterou que mantém, de forma contínua, contato com os Centros de Referência de Assistência Social dos Municípios de forma a potencializar a busca ativa por clientes aptos a receberem o benefício. Por fim, a ressaltou que, por se tratar de um benefício diretamente atrelado ao CadÚnico, é necessário que os beneficiários mantenham seu cadastro sempre atualizado no programa, a fim de se evitar o descredenciamento.

